

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO

CNPJ: 01.612.771/0001-00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

CONTRATO N°: 68/2018

TERMO DE CONTRATOPOR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICOQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO E VALTER ALVES DA SILVA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de SERTAOZINHO - Rua Dirson Andrade, n° 103- Bairro:CENTRO-Cidade:SERTAZOINHO - Estado: PB, CNPJ n° 01.612.771/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito(a) JOSE DE SOUSA MACHADO, Nacionalidade:BRASILEIRO, Estado Civil:DIVORCIADO, residente e domiciliado(a) na(o)RUA JOAO DE FREITAS MOUZINHO, n° S/N - Bairro:CENTRO, cidade: SERTAOZINHO - Estado: PB, CPF n° 364.156.184-15, Carteira de Identidade n° 8.79780 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a Pessoa Física: VALTER ALVES DA SILVA - CPFn° 806.325.804-53, neste ato representado por VALTER ALVES DA SILVA residente e domiciliado na(o)RUA DA LINHA, n° S/N-Bairro:CENTRO - Cidade: SERTÃOZINHO- Estado: PB, CPF n° 806.325.804-53 , doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato do regime jurídico atribuído aos servidores contratados por tempo determinado, com fulcro no Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, da Constituição Federal de 1988. Amparada também pela Lei n° 8.112, de 11de Dezembro de 1990, determinada pelo Art. 13 da Lei n° 9.527, de 10 de Dezembro de 1997, art. 3° em seu parágrafo único e nos Artigos 2° e 3° CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, Decreto-lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943- (a referida contratação atende os requisitos de: não eventualidade, subordinação, onerosidade, pessoalidade e alteridade previstas na CLT).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objetivo: PRESTAR SERVIÇOS NO CARGO/FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO, EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR SEVERINO RAMOS DA COSTA, MATRÍCULA 290.

Os serviços deverão ser(em)prestados de acordo com as condições expressas neste instrumento e as instruções do Contratante, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA-LOTAÇÃO - SECREATARIA:

O(A) CONTRATADO(A) atuará junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO - CNPJ n° 01.612.771/0001-00, tendo a frente da sua administração o(a) $Sr^{\circ}(^{a})$ JOSÉ DE SOUSA MACHADO, inscrito(a) sob o CPF n° 364.156.184-15 , nomeado(a) por Portaria emitida pelo Poder Executivo da Entidade Superior em conformidade com

All i

a Legislação vigente, atribuindo ao referido Secretário(a) as responsabilidades inerentes ao seu cargo.

CLÁUSULA QUARTA-CARGA HORÁRIA:

Seguindo os preceitos doArt. 7°, Incisos XIII e XIV da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, prestará seus serviço: com carga horária de 08 horas diárias, totalizando 40 horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DOS VENCIMENTOS:

O valor dos vencimentos/honorários deste contrato, fundamenta-se no Capítulo II, Art. 7°, Incisos IV, V, VII, XV da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, e a CLT - Decreto-lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943art. 5°, a base daremuneração proposta é de R\$ 954,00 (NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS), acrescido a Gratificação de SEM GRATIFICAÇÃO, no valor de R\$ 0,00 (...), totalizando o Valor Bruto de R\$ 954,00 (NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS), onde será deduzido os impostos inerentes aos serviços prestados, conforme preceitua a Lei 01/2000 e Lei 4.320/64.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos: 02.07.04.122.1003.2.014.3.1.90.04.00.00.00.00.000

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: MENSAL, para ocorrer no 30 dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS:

Início: Imediato a contar da assinatura deste Instrumento de Contratação Por Excepcional Interesse Público.

Duração: 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogável por igual período à critério da Administração Pública.

Encerramento: 02-05-2018.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a prestação dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato; b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel prestação dos serviços contratados; c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado, c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos; d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas Leis vigentes e pertinentes no que concerne ao objeto deste contrato, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas: a - advertência; b - Rescisão do Contrato; c - penalidades previstas: a - advertência; b - Rescisão do Contrato; c simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei vigente do Regime CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de PIRPIRITUBA-PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Sertãozinho - PB, 02 de abril de 2018 .

TESTEMUNHAS

Francisco de Ariz de Silva CPF no EPF: 05 1-198-154-45

PELO C

PELO CONTRATANTE

JOSE DE SOUSA MACHADO Prefeito (a) Constitucional CPF n° 364.156.184-15

PELO CONTRATADO

VALTER ALVES DA SILVA CPF n° 806.325.804-53